



SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

***ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL DO BPP E DETALHAMENTO DA
ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS***

RELATÓRIO SEMESTRAL

SÃO PAULO

MARÇO/2010

ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	1
2.	DESEMPENHO OPERACIONAL DO BANCO DO POVO PAULISTA	2
2.1.	DADOS	2
2.2.	PRODUÇÃO	3
2.3.	INADIMPLÊNCIA	14
2.4.	PERFIL DOS CLIENTES	25
2.5.	CONCLUSÃO	35
3.	AVALIAÇÃO DO IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO DO BPP – DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA A SER ADOTADA	37
3.1.	ESTRATÉGIA EMPÍRICA	38
3.2.	ESTRATÉGIA A SER ADOTADA E PRÓXIMOS PASSOS	41

1. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o primeiro relatório semestral de avaliação do desempenho operacional do *Banco do Povo Paulista* (BPP), conforme especificado no projeto conjunto entre a *Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas* (Fipe) e a *Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho* (SERT).

O relatório contém duas seções, além desta apresentação. Na seção 2, são utilizados dados fornecidos pelo BPP sobre produção de novos contratos, inadimplência e perfil de clientes para se avaliar o desempenho operacional do BPP. Avalia-se a evolução da produção e inadimplência para diferentes perfis de clientes entre os anos de 2008 e 2009. Esta seção compreende, portanto, o produto 3-B especificado na proposta da FIPE apresentada à SERT. Na seção 3, apresentamos um esboço da metodologia a ser seguida na avaliação do impacto sócio-econômico do BPP. Trata-se, portanto, de uma antecipação de passos a serem seguidos em relação ao produto 4 do projeto.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL DO BANCO DO POVO PAULISTA

Esta seção expõe, de maneira descritiva, algumas informações sobre o desempenho operacional do Banco do Povo Paulista (BPP) no período 2008-2009. Enfatizam-se três aspectos principais: produção (em termos de número de contratos e valor emprestado), inadimplência e perfil dos clientes do banco. Em geral, apresentamos tanto informações agregadas, como por região administrativa e alguns municípios selecionados.

O restante da seção está organizado da seguinte forma. Primeiramente, discutimos os dados utilizados. A seguir, apresentamos estatísticas descritivas para os três aspectos acima referidos e, por fim, a conclusão.

2.1. DADOS

Os dados foram fornecidos à Fipe pela Secretaria do Trabalho, compreendendo informações acerca de:

Produção: número de contratos e valor total dos mesmos (em R\$) por unidade do BPP, em frequência mensal, entre janeiro de 2008 e janeiro de 2010.

Inadimplência: quantidade e valor dos contratos inadimplentes em 60, 180 e 365 dias, como proporção da carteira ativa de cada unidade. Os dados são apresentados em frequência mensal, entre janeiro de 2008 e dezembro de 2009.

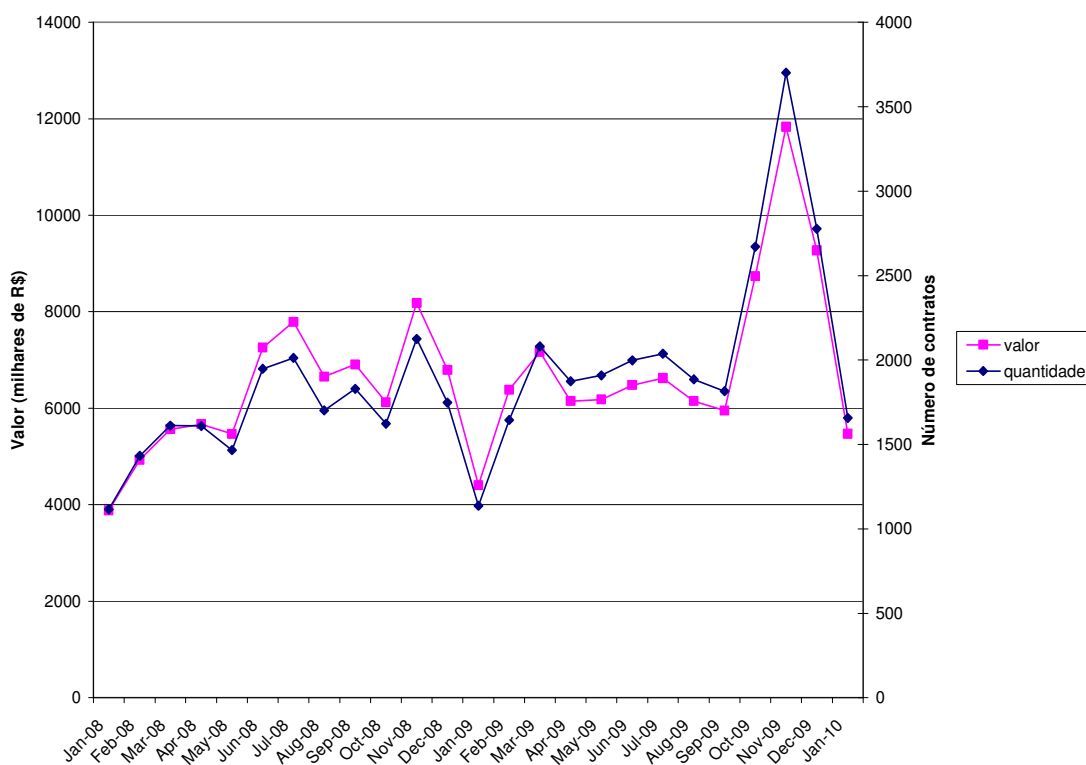
Perfil dos clientes: quantidade e valor dos contratos de acordo com as seguintes características: sexo, idade, pessoa física ou jurídica, e finalidade do empréstimo (financiamento de capital físico ou de giro). Tais informações disponíveis estão em frequência mensal, por unidade, entre janeiro de 2008 e dezembro de 2009.

Os valores monetários foram corrigidos pela inflação do período, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor da Fipe. Todos os valores estão em reais de janeiro de 2008.

2.2. PRODUÇÃO

A Figura 1 exibe a quantidade e valor total dos contratos firmados por todas as unidades ativas do BPP, entre janeiro de 2008 e janeiro de 2010.¹ Os dados exibem um significativo crescimento do número de contratos, de 1.116 em janeiro de 2008 a 1.656 em janeiro de 2010, ou seja, um aumento de 48,39%. Os valores monetários apresentaram, também, forte crescimento no período, porém de menor magnitude (40,78%), indicando que o valor médio dos contratos decresceu nos últimos dois anos.

Figura 1 - Produção agregada

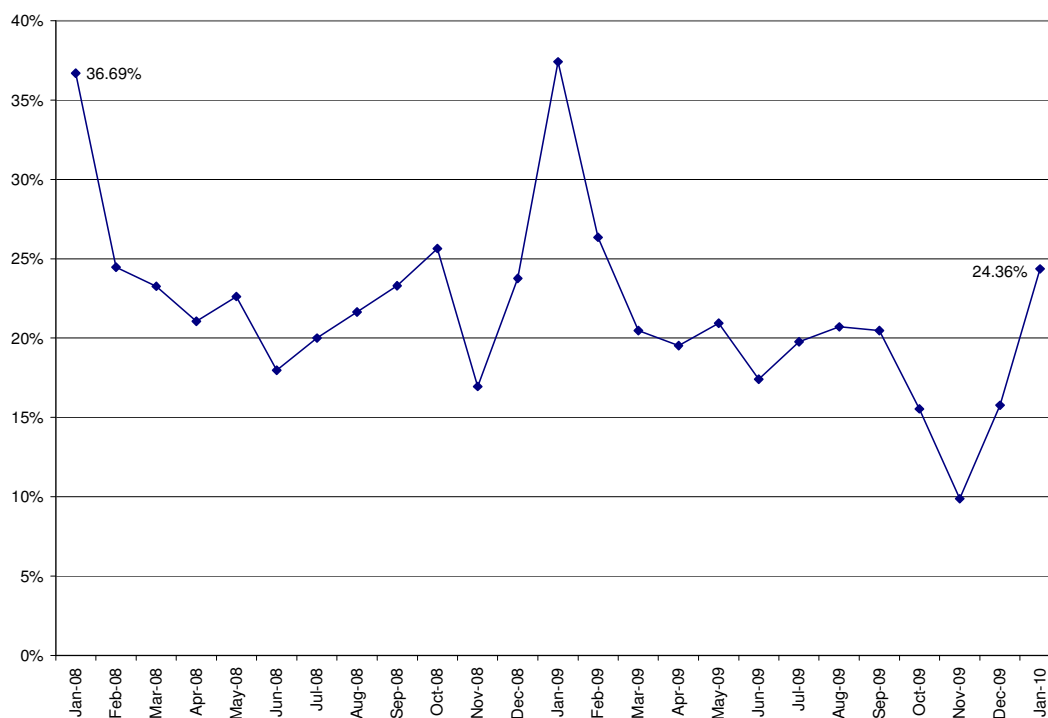


¹ Em cada mês, foram incluídas apenas as unidades indicadas como ativas no banco de dados do BPP. Algumas unidades identificadas como inativas possuíam valores positivos de produção, mas foram ignoradas. Incluí-las na amostra, entretanto, altera os resultados apenas marginalmente.

A figura também evidencia o comportamento sazonal das séries, com quedas no mês de janeiro, recuperação nos primeiros três meses do ano, e crescimento expressivo em dezembro.

Estes padrões temporais também podem ser visualizados na proporção de unidades ativas com produção nula (Figura 2), a qual vem diminuindo significativamente ao longo do tempo (de 37,7 a 24,4%).² O comportamento sazonal da série é também compatível com o descrito na Figura 1, com elevações em janeiro, quedas nos primeiros meses de cada ano, e reduções fortes em dezembro.

Figura 2 - Proporção de unidades com produção nula



² Consideramos ativa uma unidade a partir do mês seguinte ao início de operação.

A Tabela 1 mostra o total de contratos por região administrativa do Estado de São Paulo. Para facilitar a comparação temporal (por conta da sazonalidade ao longo de cada ano), os números exibidos são médias para os anos 2008 e 2009.³

Tabela 1 - Produção anual média por região administrativa

Região Administrativa	Quantidade		Valor (mil R\$)	
	2008	2009	2008	2009
ARAÇATUBA	96.08	113.00	335.28	368.72
BARRETOS	80.75	98.58	313.49	351.72
BAURU	96.83	112.67	374.34	382.70
CAMPINAS	220.50	325.58	823.95	1078.24
CENTRAL	83.17	114.00	327.20	382.67
FRANCA	109.08	125.00	405.47	439.37
MARÍLIA	166.33	176.08	663.86	645.88
PRESIDENTE				
PRUDENTE	114.08	136.08	435.91	473.36
REGISTRO	22.42	25.50	60.27	71.25
RIBEIRÃO PRETO	85.58	102.58	334.23	362.93
RM BAIXADA				
SANTISTA	61.08	71.25	200.60	209.10
RM SÃO PAULO	113.58	168.83	382.35	513.54
SOROCABA	177.00	216.08	668.19	717.80
SÃO JOSÉ DO RIO				
PRETO	158.33	213.75	629.11	733.34
SÃO JOSÉ DOS				
CAMPOS	98.92	127.92	307.37	378.99

A região administrativa de Campinas possui a maior participação nos contratos de BPP, respondendo por cerca de 15% da quantidade e do valor total em 2009. Já a região com menor participação é a de Registro. Ressalte-se que todas as regiões administrativas registraram crescimento na produção entre os dois anos, com exceção da região de Marília, cujo valor médio caiu marginalmente entre 2008 e 2009 (a quantidade média aumentou para todas as regiões).

³ As médias são calculadas com base na produção da unidade nos meses em que ela esteve ativa.

Não surpreende, entretanto, que regiões mais populosas (como a de Campinas) apresentem produções mais expressivas. A Tabela 2 mostra os dados de produção ajustados pela população (número de contratos por milhares de habitantes e valor total por habitante) em 2008 e 2009, juntamente com a taxa de crescimento entre tais anos.⁴

Tabela 2 - Produção anual média por região administrativa (em termos per capita)

Região Administrativa	Quantidade (contratos por mil habitantes)			Valor (R\$ por habitante)		
	2008	2009	crescimento	2008	2009	crescimento
ARAÇATUBA	0.1487	0.1734	16.62%	0.5188	0.5658	9.05%
BARRETOS	0.2087	0.2528	21.09%	0.8104	0.9018	11.28%
BAURU	0.1074	0.1249	16.35%	0.4151	0.4244	2.23%
CAMPINAS	0.0483	0.0713	47.44%	0.1806	0.2360	30.67%
CENTRAL	0.1005	0.1372	36.55%	0.3952	0.4605	16.50%
FRANCA	0.1718	0.1943	13.09%	0.6385	0.6829	6.94%
MARÍLIA	0.1912	0.2024	5.86%	0.7632	0.7425	-2.71%
PRESIDENTE PRUDENTE	0.1552	0.1852	19.28%	0.5931	0.6441	8.59%
REGISTRO	0.1211	0.1378	13.75%	0.3257	0.3850	18.23%
RIBEIRÃO PRETO	0.0760	0.0911	19.86%	0.2967	0.3222	8.59%
RM BAIXADA SANTISTA	0.0380	0.0443	16.64%	0.1248	0.1301	4.24%
RM SÃO PAULO	0.0156	0.0221	41.67%	0.0522	0.0672	28.74%
SOROCABA	0.0733	0.0895	22.08%	0.2767	0.2973	7.42%
S. JOSÉ DO RIO PRETO	0.1429	0.1929	35.00%	0.5678	0.6619	16.57%
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0.0717	0.0928	29.32%	0.2229	0.2749	23.30%

Após os ajustes, Barretos torna-se a região com maior produção per capita, seguida de Marília e Franca. São Paulo, Baixada Santista e Campinas são as regiões com menores índices. Vale ressaltar que São Paulo e Campinas foram as regiões com maior crescimento neste período. Pode-se notar ainda que, com exceção de Registro, todas as regiões tiveram

⁴ Na Tabela 2, foram excluídas informações referentes ao município de São Paulo, pois não há dados separados de população para cada uma das unidades.

crescimento em quantidade superior ao de valor, evidenciando uma diminuição no tamanho médio dos empréstimos neste período.

As figuras abaixo descrevem o desempenho das 10 unidades com maiores índices de produção. As Figuras 3 e 4 ordenam os municípios de acordo com a quantidade média e o valor médio dos contratos no ano de 2008. As Figuras 5 e 6 reportam as mesmas informações, porém para o ano de 2009.

Os rankings para valor e quantidade são bastante correlacionados. Por exemplo, em 2008, seis unidades ocupam o topo de ambos os rankings. Por outro lado, Marília, Matão, Cândido Mota e Cravinhos estão entre as 10 maiores produções em termos de valores monetários, mas não em termos de números de contratos, indicando que seus empréstimos tendem a ser relativamente altos (o inverso vale para Jacareí, São Bernardo do Campo, Itapetininga e Itaí). Já em 2009, apenas Marília e Amparo não aparecem no topo de ambos os rankings.

Na comparação entre 2008 e 2009, notamos que os rankings apresentam certa variabilidade. No que toca à quantidade de empréstimos, quatro unidades estão no topo do ranking em 2009, mas não em 2008: Presidente Prudente, Rio Claro, Amparo e Batatais. As mesmas unidades também passaram a integrar o topo do ranking de valores monetários, com exceção de Amparo, substituída por Jacareí.

As Figuras 7 a 10 são análogas às Figuras 3 a 6, porém mostrando rankings para produção per capita. Os padrões são semelhantes no que toca a comparações dos rankings de quantidades e valores monetários. Todavia, há uma variabilidade muito maior na comparação entre anos, com apenas três (quatro) municípios permanecendo no topo do ranking de quantidades (valores monetários) entre 2008 e 2009.

Entretanto, o município com maior produção per capita é o mesmo em quaisquer dos quatro rankings: Santa Rita do Passa Quatro. Ressalte-se que os municípios constantes nos rankings de produção total e per capita são bastante diferentes. Na verdade, apenas um

município (Santa Fé do Sul) figura tanto entre as unidades com maior produção total, como entre as unidades com maior produção per capita.

As Figuras 11 e 12 expõem os dez municípios com maior taxa de crescimento da produção entre 2008 e 2009. Novamente, os rankings de quantidades e valores são bastante consistentes, com sete unidades fazendo parte de ambos. Além disso, as expressivas taxas de crescimento apresentadas nas figuras estão relacionadas às baixas produções iniciais daquelas unidades (a produção de todas as unidades referidas encontra-se abaixo da mediana de 2008).

De fato, há uma leve tendência de convergência na produção total, quando consideramos todas as unidades do BPP. A correlação entre os valores iniciais da produção e a taxa de crescimento subsequente é igual a -0,17 para quantidades e -0,16 para valores monetários (em ambos os casos significativa a 5%). Ou seja, unidades com produção mais baixa em 2008 tendem, em média, a apresentar taxas de crescimento mais elevadas no ano seguinte.

Cabe observar que o crescimento da produção engloba a maioria das unidades: cerca de 67% aumentaram o número de contratos, e 64% o valor emprestado. O fato do primeiro número ser maior que o segundo sugere, mais uma vez, uma certa tendência à redução do valor médio do empréstimo.

Cabe notar que o processo de crescimento da produção estende-se também para a maioria das unidades do BPP. Dentre as unidades ativas em 2008 e 2009, 83,7% sofreram aumento no número médio de contratos, enquanto 81,1% registraram elevação no valor destes contratos.

Figura 3 - Unidades com maior produção em 2008 (número de contratos)

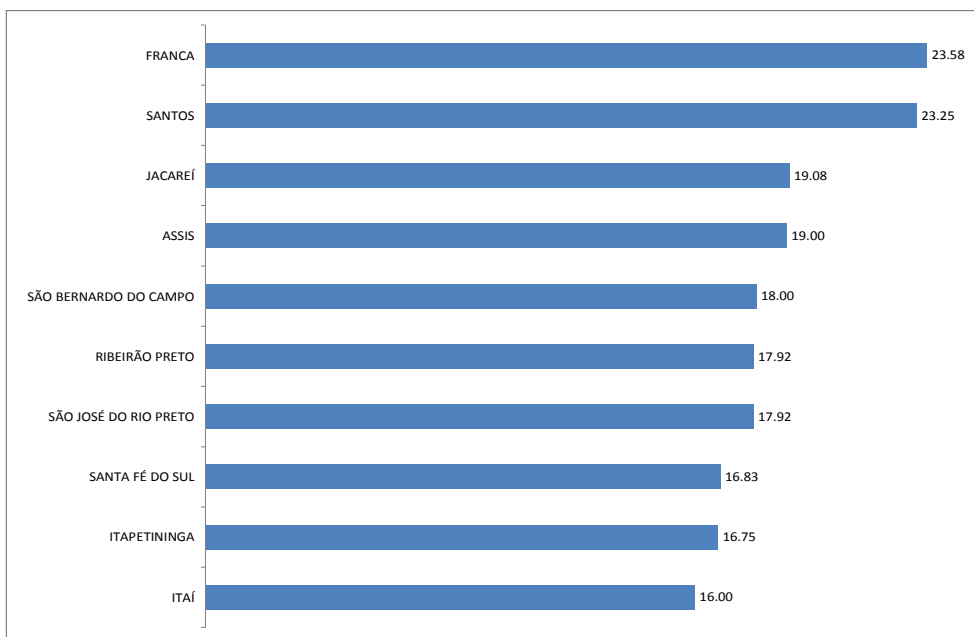


Figura 4 - Unidades com maior produção em 2008 (valores monetários, mil R\$)

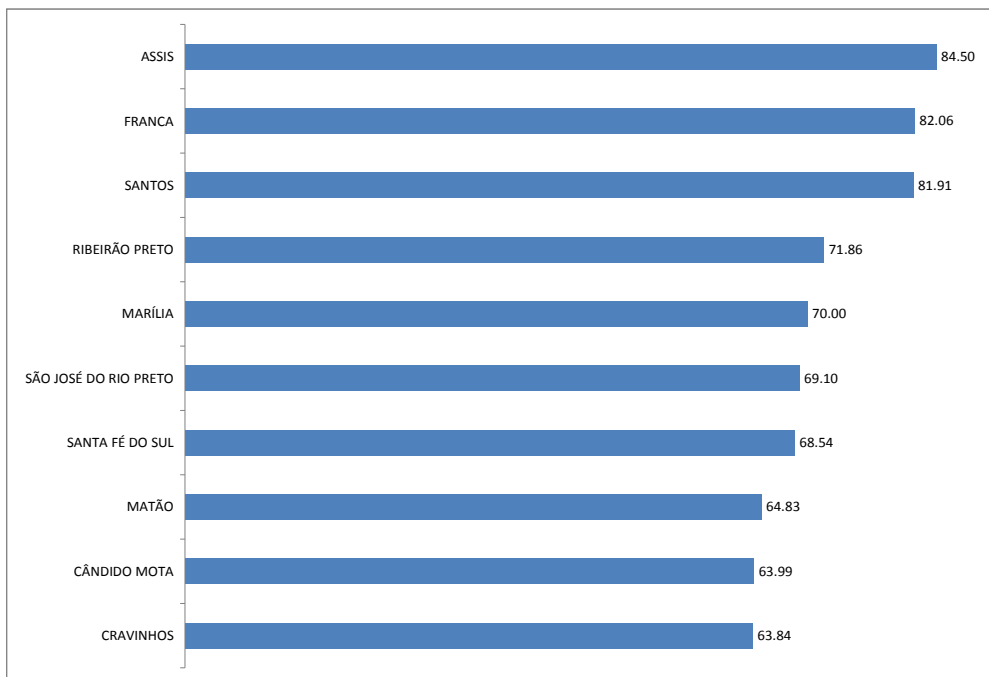


Figura 5 - Unidades com maior produção em 2009 (número de contratos)

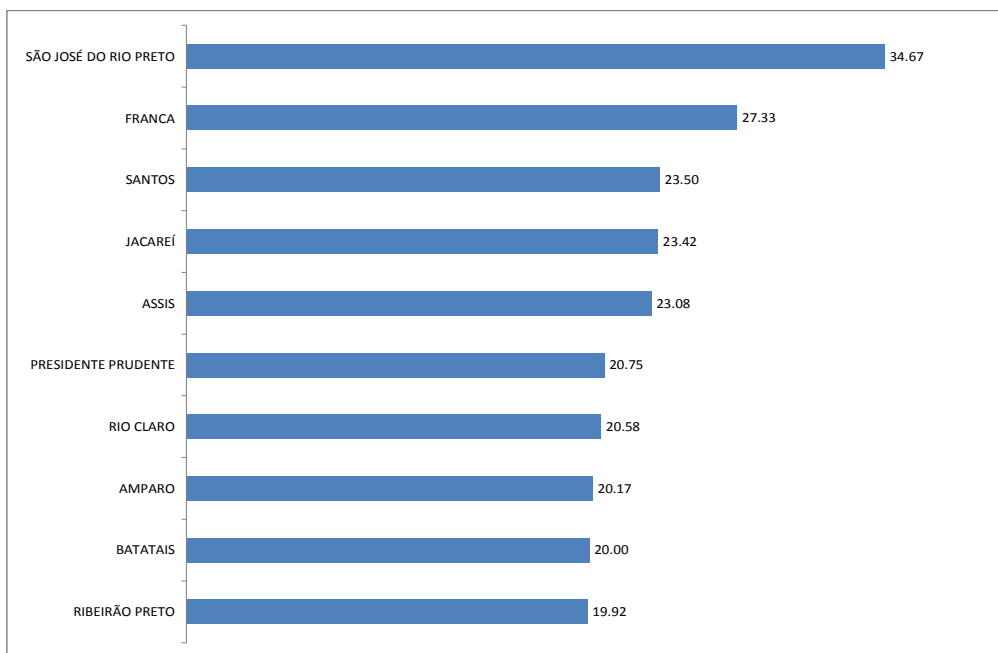


Figura 6 - Unidades com maior produção em 2009 (valores monetários, mil R\$)

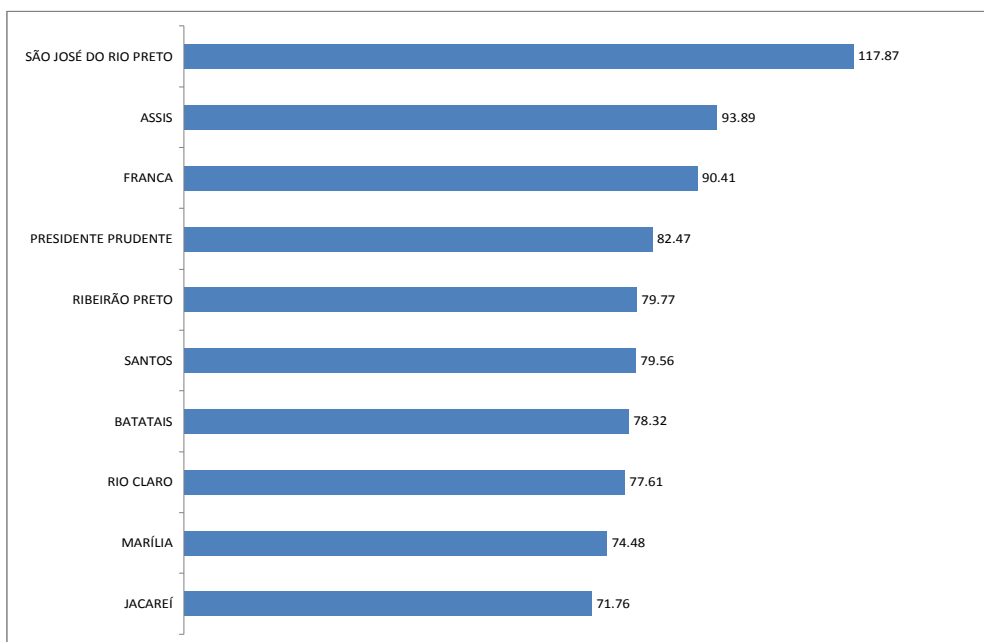


Figura 7 - Unidades com maior produção per capita em 2008 (contratos por mil habitantes)

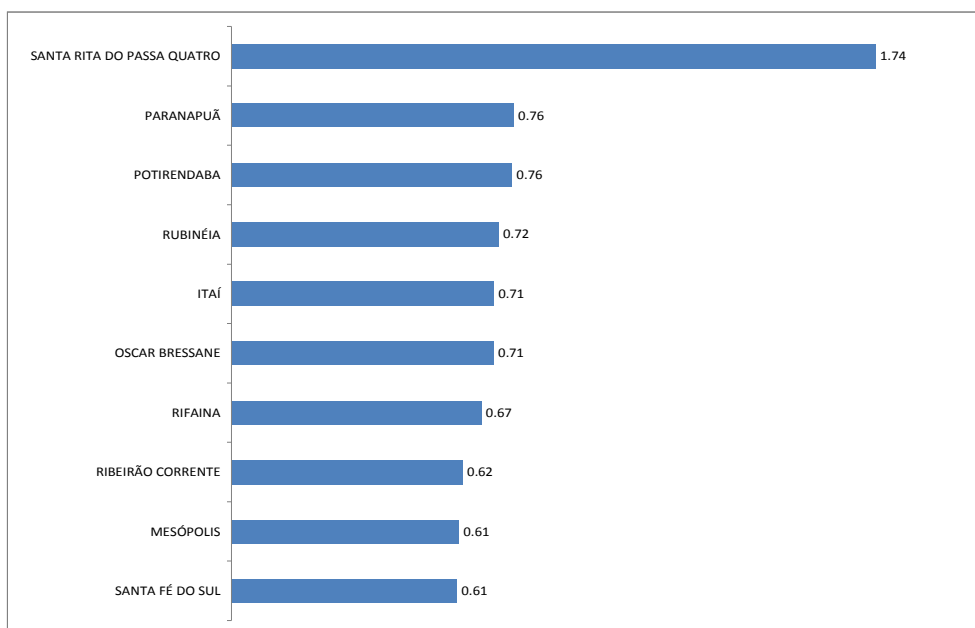


Figura 8 - Unidades com maior produção per capita em 2008 (R\$ por habitante)

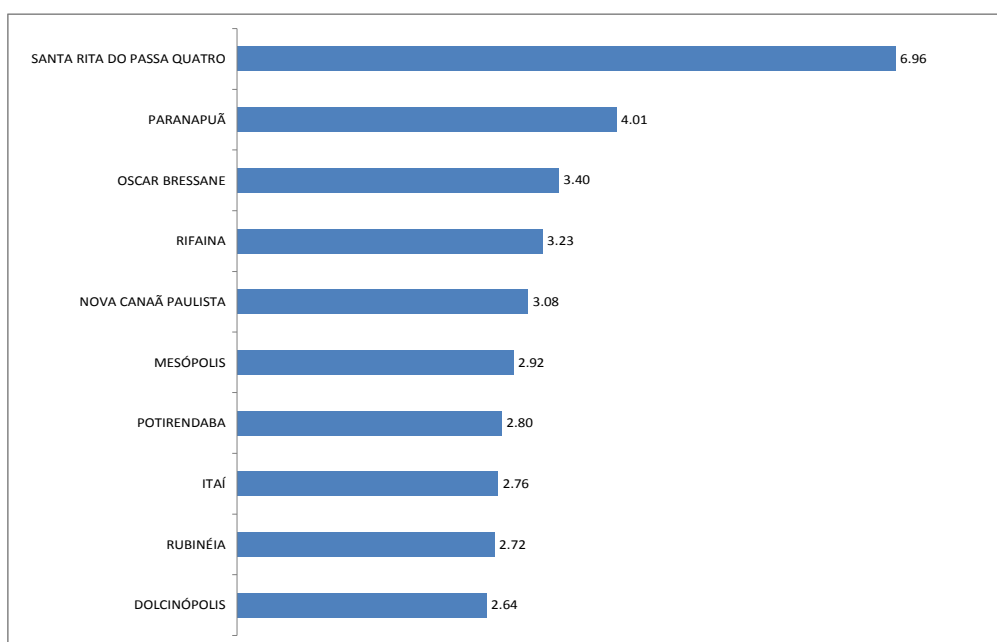


Figura 9 - Unidades com maior produção per capita em 2009 (contratos por mil habitantes)

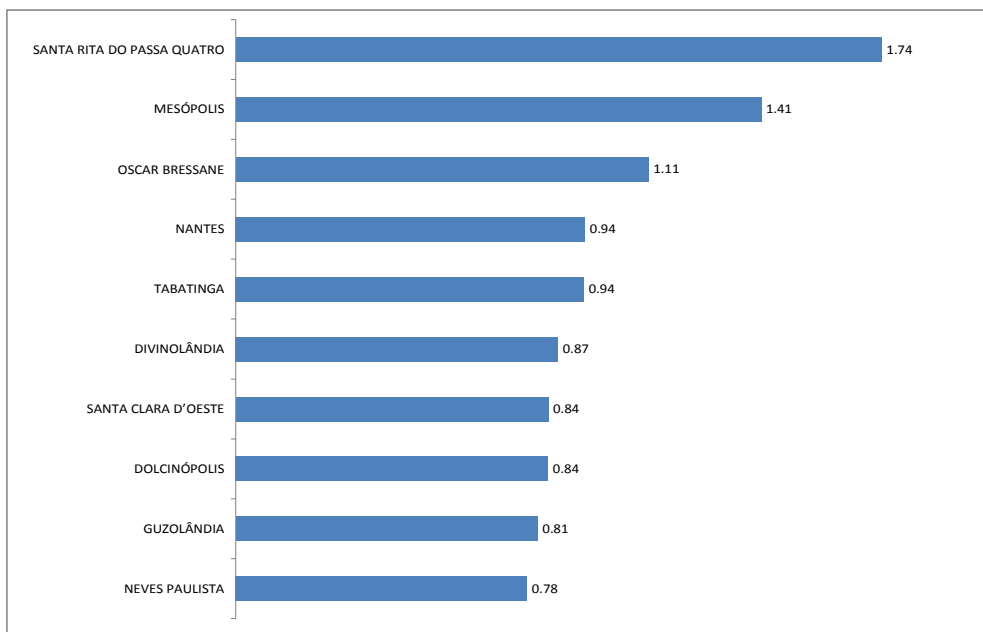


Figura 10 - Unidades com maior produção per capita em 2009 (R\$ por habitante)

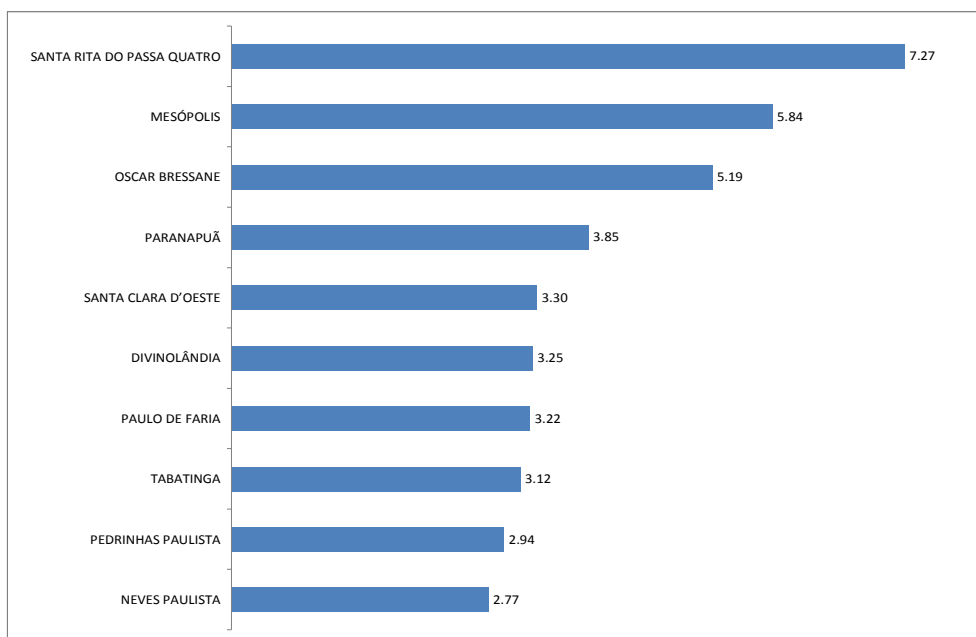


Figura 11 - Unidades com maior taxa de crescimento da produção (número de contratos)

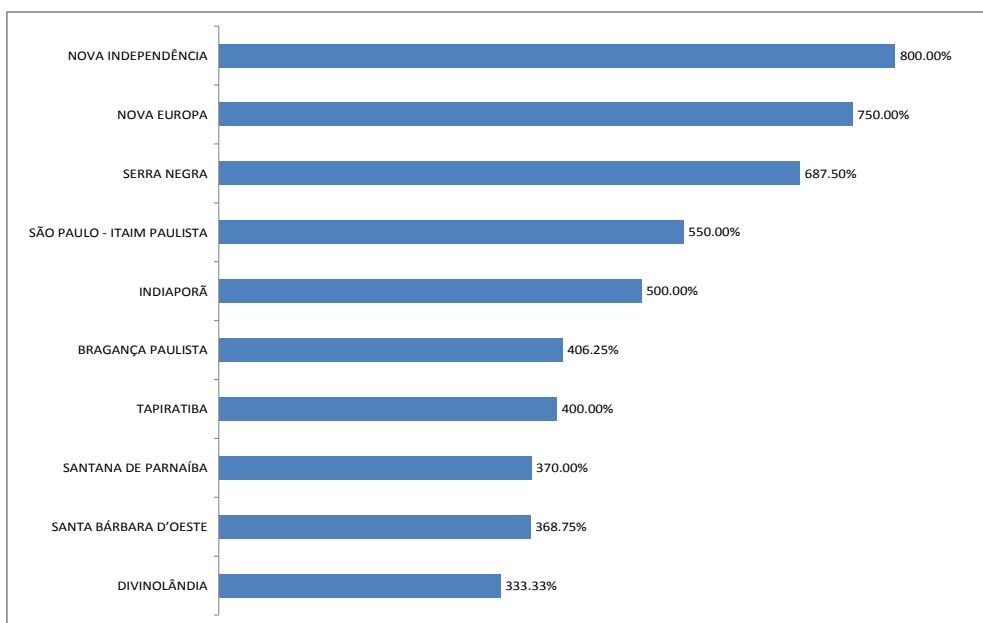
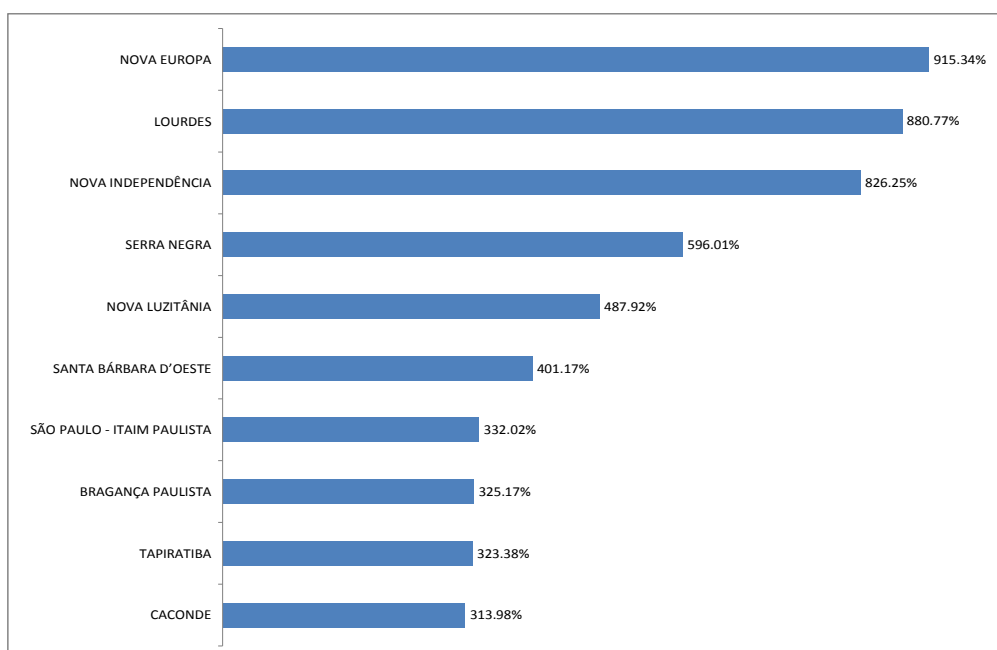


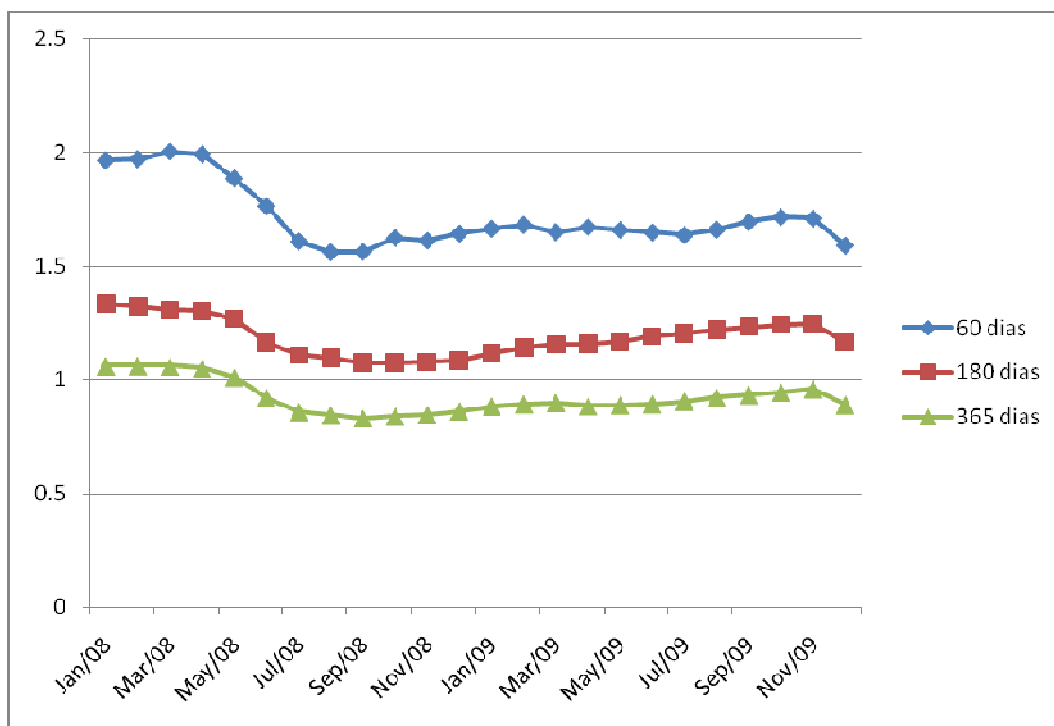
Figura 12 - Unidades com maior taxa de crescimento da produção (valores monetários)



2.3. INADIMPLÊNCIA

A Figura 13 expõe a taxa de inadimplência agregada do BPP, medida como o número de empréstimos inadimplentes como proporção da carteira ativa. Consideram-se três categorias de inadimplência: pagamentos atrasados em 60, 180 e 365 dias. Evidentemente, um pagamento atrasado em 365 dias também se encontra atrasado em 60 e 180 dias, mas a recíproca não é verdadeira. Daí a ordenação das curvas abaixo.

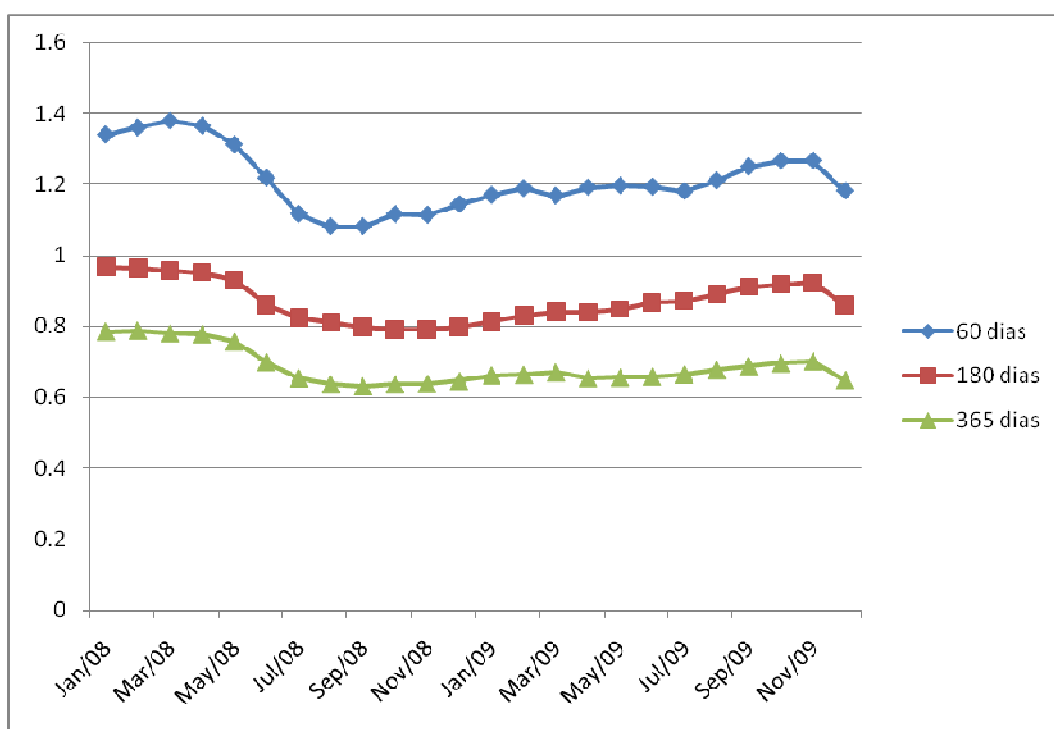
Figura 13 - Proporção de empréstimos inadimplentes em carteira ativa (%)



A figura aponta para uma clara tendência de queda na inadimplência, especialmente para atrasos em 60 dias, indo de 1,96% em janeiro de 2008 para 1,59% em dezembro de 2009. Entretanto, a maior parte deste movimento ocorreu entre janeiro e agosto de 2008, sendo que a partir deste mês observamos uma leve tendência de aumento na proporção de contratos inadimplentes.

A Figura 14 revela um padrão semelhante quando medimos inadimplência como proporção do valor monetário em atraso. Note que a proporção dos valores inadimplentes é, em geral, mais baixa que a proporção dos contratos inadimplentes, indicando que o atraso ocorre mais intensamente em empréstimos de menor montante.

Figura 14 - Proporção do valor inadimplente em carteira ativa (%)



As Tabelas 3 e 4 apresentam médias anuais (para 2008 e 2009) das taxas de inadimplência, discriminadas por região administrativa. Na comparação entre regiões administrativas, apesar da divergência entre as medidas acima, alguns padrões aparecem: (i) Registro, RM Baixa Santista e RM São Paulo apresentam, nesta ordem, as maiores taxas de inadimplência em ambos os anos, para quaisquer das medidas utilizadas; (ii) Barretos e São José do Rio Preto apresentam, em geral, as menores taxas de inadimplência.

Tabela 3 - Proporção dos contratos inadimplentes em carteira ativa (médias anuais)

Região Administrativa	60 dias		180 dias		365 dias	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
ARAÇATUBA	1.37%	2.80%	0.85%	2.29%	0.65%	1.85%
BARRETOS	1.62%	2.48%	0.76%	1.86%	0.42%	1.57%
BAURU	1.62%	2.28%	1.08%	1.68%	0.86%	1.24%
CAMPINAS	1.59%	1.86%	1.08%	1.33%	0.91%	1.05%
CENTRAL	1.53%	1.53%	1.05%	1.13%	0.85%	0.87%
FRANCA	1.72%	1.71%	1.14%	1.36%	0.90%	1.10%
MARÍLIA	1.36%	1.64%	0.88%	1.14%	0.65%	0.86%
PRESIDENTE						
PRUDENTE	1.72%	1.53%	1.12%	1.05%	0.89%	0.82%
REGISTRO	3.09%	1.46%	2.35%	1.08%	1.95%	0.85%
RIBEIRÃO PRETO	1.90%	1.82%	1.38%	1.21%	1.14%	0.86%
RM BAIXADA						
SANTISTA	2.48%	1.53%	1.95%	1.08%	1.65%	0.85%
RM SÃO PAULO	2.34%	1.45%	1.67%	1.00%	1.29%	0.74%
SOROCABA	1.71%	1.37%	1.08%	0.94%	0.85%	0.68%
SÃO JOSÉ DO RIO						
PRETO	1.31%	1.36%	0.74%	0.81%	0.56%	0.55%
SÃO JOSÉ DOS						
CAMPOS	2.25%	1.28%	1.50%	0.70%	1.13%	0.45%

Tabela 4 - Proporção do valor inadimplente em carteira ativa (médias anuais)

Região Administrativa	60 dias		180 dias		365 dias	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
ARAÇATUBA	0.92%	1.02%	0.58%	0.67%	0.46%	0.46%
BARRETOS	0.90%	0.85%	0.43%	0.47%	0.28%	0.29%
BAURU	1.01%	1.28%	0.70%	0.84%	0.56%	0.58%
CAMPINAS	1.02%	1.01%	0.74%	0.75%	0.65%	0.60%
CENTRAL	0.98%	1.05%	0.70%	0.74%	0.57%	0.57%
FRANCA	1.23%	1.17%	0.87%	0.84%	0.69%	0.66%
MARÍLIA	0.91%	1.11%	0.63%	0.76%	0.48%	0.55%
PRES. PRUDENTE	1.35%	1.18%	1.00%	0.91%	0.84%	0.76%
REGISTRO	2.74%	2.35%	2.16%	2.02%	1.82%	1.69%
RIBEIRÃO PRETO	1.22%	1.12%	0.91%	0.90%	0.77%	0.72%
RM BAIXADA						
SANTISTA	1.91%	1.95%	1.54%	1.48%	1.28%	1.25%
RM SÃO PAULO	1.86%	1.79%	1.40%	1.35%	1.10%	1.03%
SOROCABA	1.18%	1.17%	0.81%	0.82%	0.66%	0.64%
S. JOSÉ DO RIO						
PRETO	0.81%	0.86%	0.46%	0.48%	0.35%	0.32%
S. JOSÉ DOS						
CAMPOS	1.77%	1.51%	1.30%	1.10%	0.98%	0.91%

A Tabela 5 apresenta a variação nas taxas de inadimplência média entre os anos de 2008 e 2009. Apesar da queda agregada na inadimplência (como visto nas Figuras 13 e 14), este processo não é generalizado entre as diversas regiões administrativas do Estado. Por exemplo, para atrasos de 60 dias, em 7 das 15 regiões administrativas a taxa de inadimplência aumentou. Além disso, observa-se que a variação na inadimplência é, em geral, maior para o número de empréstimos do que para valores monetários, sugerindo que contratos menores tornaram-se relativamente ainda mais inadimplentes em média.

Tabela 5 - Variação na taxa média de inadimplência entre 2008 e 2009

Região Administrativa	Quantidade			Valor		
	60 dias	180 dias	365 dias	60 dias	180 dias	365 dias
ARAÇATUBA	1.43%	1.44%	1.20%	0.10%	0.09%	-0.01%
BARRETOS	0.86%	1.10%	1.15%	-0.05%	0.03%	0.02%
BAURU	0.66%	0.60%	0.39%	0.27%	0.14%	0.02%
CAMPINAS	0.28%	0.26%	0.14%	-0.01%	0.02%	-0.05%
CENTRAL	0.00%	0.08%	0.02%	0.07%	0.04%	0.00%
FRANCA	-0.01%	0.22%	0.20%	-0.07%	-0.02%	-0.03%
MARÍLIA	0.28%	0.25%	0.21%	0.20%	0.14%	0.07%
PRESIDENTE						
PRUDENTE	-0.19%	-0.07%	-0.08%	-0.17%	-0.09%	-0.07%
REGISTRO	-1.63%	-1.26%	-1.10%	-0.39%	-0.14%	-0.13%
RIBEIRÃO PRETO	-0.08%	-0.17%	-0.28%	-0.11%	-0.01%	-0.05%
RM BAIXADA						
SANTISTA	-0.96%	-0.87%	-0.80%	0.04%	-0.06%	-0.03%
RM SÃO PAULO	-0.89%	-0.66%	-0.54%	-0.07%	-0.05%	-0.07%
SOROCABA	-0.34%	-0.14%	-0.17%	-0.01%	0.01%	-0.02%
SÃO JOSÉ DO RIO						
PRETO	0.06%	0.07%	-0.01%	0.05%	0.02%	-0.03%
SÃO JOSÉ DOS						
CAMPOS	-0.96%	-0.80%	-0.68%	-0.26%	-0.20%	-0.07%

Na comparação entre regiões administrativas, Registro e São José dos Campos, em geral, obtiveram as maiores reduções. É necessário salientar que estas regiões estão entre aquelas com inadimplência mais alta.

As Tabelas 6 e 7 apresentam os dez municípios com maiores índices de inadimplência média em 2008 e 2009, de acordo com cada um dos critérios utilizados. Apesar da divergência entre os rankings, algumas unidades aparecem consistentemente na maioria das listas abaixo com elevados níveis de inadimplência, como Fernão, Campos do Jordão, Álvaro de Carvalho, Juquiá, Teodoro Sampaio, Rosana e Itanhaém.

Já as Tabelas 8 e 9 expõem, respectivamente, os municípios com maiores aumentos e diminuições em suas taxas de inadimplência. Novamente não há um padrão muito bem definido entre os rankings. Destacam-se, entretanto, as unidades de Guarulhos, Cananéia e

Nova Independência, que figuram entre as maiores reduções em quase todos os rankings. Por outro lado, Itaóca, Santo Antonio do Aracangá e São Paulo – Vila Mariana aparecem entre os dez maiores aumentos na maioria dos casos.

Note-se, ainda, que diversas unidades presentes na Tabela 9 estão também entre aquelas com elevados níveis de inadimplência, como nos casos de Palmeira D'Oeste, Fernão, Nova Europa e Santana de Parnaíba, sugerindo a presença de convergência para esta variável. Na verdade, este padrão se confirma (apesar de não muito fortemente) quando consideramos a amostra como um todo de unidades do BPP. A correlação entre inadimplência inicial e variação subsequente deste indicador é negativa e significativa a 5%, variando entre -0,16 e -0,32, dependendo da definição de inadimplência utilizada.

Tabela 6 - Unidades com maior inadimplência – Proporção de contratos inadimplentes (%)

Inadimplência: 60 dias					
2008			2009		
SÃO PAULO	-				
SUTACO		16.67	PALMEIRA D'OESTE		50.00
FERNÃO		16.37	FERNÃO		14.07
SÃO PEDRO		15.22	ITAOCA		12.50
CAMPOS	DO				
JORDÃO		11.48	SÃO PEDRO		11.95
ÁLVARO	DE		ÁLVARO	DE	
CARVALHO		11.11	CARVALHO		11.11
JUQUIÁ		10.16	NOVA EUROPA		10.04
TEODORO SAMPAIO		10.00	TEODORO SAMPAIO		9.29
NANTES		8.96	TABOÃO DA SERRA		8.99
TABOÃO DA SERRA		8.63	CONCHAL		8.89
ROSANA		8.57	JUQUIÁ		8.62

Inadimplência: 180 dias

2008		2009	
FERNÃO	13.00	FERNÃO	12.15
ÁLVARO DE		ÁLVARO DE	
CARVALHO	11.11	CARVALHO	11.11
SÃO PAULO -		SÃO PEDRO	9.11
SUTACO	10.00	TEODORO SAMPAIO	8.68
TEODORO SAMPAIO	9.75	JUQUIÁ	8.39
JUQUIÁ	9.59		
CAMPOS DO		ROSANA	7.31
JORDÃO	7.97	ITAOCA	7.29
PEDRO DE TOLEDO	6.56	CAMPOS DO JORDÃO	6.63
ITANHAÉM	6.51	LOUVEIRA	6.43
ROSANA	6.36	ITANHAÉM	6.43
RIBEIRA	6.02		

Inadimplência: 365 dias

2008		2009	
ÁLVARO DE		ÁLVARO DE	
CARVALHO	11.11	CARVALHO	7.03
TEODORO SAMPAIO	9.61	TEODORO SAMPAIO	9.33
FERNÃO	8.84	JUQUIÁ	7.58
JUQUIÁ	8.44	CAMPOS DO JORDÃO	4.71
PEDRO DE TOLEDO	6.34	ROSANA	5.14
RIBEIRA	6.02	ITANHAÉM	4.49
ITANHAÉM	5.06	LOUVEIRA	3.41
CAMPOS DO		RIBEIRA	3.14
JORDÃO	4.87	FERNÃO	5.25
ARAÇARIGUAMA	4.81	SANTANA DE	
ROSANA	4.72	PARNAÍBA	4.24

Tabela 7 - Unidades com maior inadimplência – Proporção do valor inadimplente (%)

Inadimplência: 60 dias			
2008		2009	
		PALMEIRA	
FERNÃO	15.02	D'OESTE	27.78
TEODORO SAMPAIO	10.92	FERNÃO	14.10
SÃO PEDRO	9.45	ITAOCA	12.90
TABOÃO DA SERRA	9.35	TREMEMBÉ	11.01
		TEODORO	
JUQUIÁ	8.83	SAMPAIO	10.10
PEDRO DE TOLEDO	8.32	TABOÃO DA SERRA	8.12
CAMPOS DO JORDÃO	7.69	NOVA EUROPA	7.85
ROSANA	7.12	PEDRO DE TOLEDO	7.84
ÁLVARO DE			
CARVALHO	7.03	JUQUIÁ	7.59
PARAIBUNA	6.57	SÃO PEDRO	7.40

Inadimplência: 180 dias			
2008		2009	
FERNÃO	11.39	FERNÃO	12.32
TEODORO SAMPAIO	10.83	TEODORO SAMPAIO	9.57
JUQUIÁ	8.71	JUQUIÁ	7.58
PEDRO DE TOLEDO	7.45	PEDRO DE TOLEDO	7.14
ÁLVARO DE		ÁLVARO DE	
CARVALHO	7.03	CARVALHO	7.03
TABOÃO DA SERRA	6.26	ITAOCA	6.64
CAMPOS DO JORDÃO	6.02	SÃO PEDRO	6.60
ROSANA	5.77	ROSANA	5.97
ITANHAÉM	5.18	CHAVANTES	5.44
ALVINLÂNDIA	4.37	ITANHAÉM	5.10

Inadimplência: 365 dias

2008		2009	
TEODORO SAMPAIO	10.73	TEODORO SAMPAIO	9.33
JUQUIÁ	8.10	JUQUIÁ	7.58
FERNÃO	7.96	ÁLVARO DE CARVALHO	7.03
PEDRO DE TOLEDO	7.28	PEDRO DE TOLEDO	5.80
ÁLVARO DE CARVALHO	7.03	FERNÃO	5.25
ROSANA	4.15	ROSANA	5.14
CAMPOS DO JORDÃO	4.10	CAMPOS DO JORDÃO	4.71
CHAVANTES	3.99	ITANHAÉM	4.49
ITANHAÉM	3.97	SANTANA DE PARNAÍBA	4.24
ARAÇARIGUAMA	3.91	CHAVANTES	3.92

Tabela 8 - Unidades com maior aumento na taxa de inadimplência (pontos percentuais)

Inadimplência: 60 dias			
Quantidade		Valor	
PALMEIRA D'OESTE	50.00	PALMEIRA D'OESTE	27.78
NOVA EUROPA	10.04	ITAOCA	11.72
TREMEMBÉ	8.41	TREMEMBÉ	11.01
ITAOCA	7.87	NOVA EUROPA	7.85
BIRITIBA MIRIM	6.67	SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	5.51
ITUPEVA	5.74	TAQUARIVAÍ	4.69
SANTO ANTÔNIO DO ARACANGUÁ	4.94	ARCO-ÍRIS	4.26
TAQUARIVAÍ	4.57	SANTO ANTÔNIO DO ARACANGUÁ	4.10
ITIRAPUÃ	4.57	ITUPEVA	3.88
ARCO-ÍRIS	4.25	SÃO PAULO - ITAIM PAULISTA	3.73

Inadimplência: 180 dias

Quantidade		Valor	
ITAOCA	7.29	ITAOCA	6.64
SÃO PEDRO	6.59	SÃO PEDRO	3.62
MONTE MOR	3.57	SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	2.50
CONCHAL	3.07	COTIA	2.12
AREALVA	3.00	SANTO ANTÔNIO DO	
LOUVEIRA	2.78	ARACANGUÁ	1.84
POÁ	2.64	SÃO PAULO - VILA MARIANA	1.84
ARIRANHA	2.63	SANTANA DE PARNAÍBA	1.80
BIRITIBA MIRIM	2.50	GLICÉRIO	1.68
SÃO PAULO - VILA MARIANA	2.29	POÁ	1.67
		ZACARIAS	1.64

Inadimplência: 365 dias

Quantidade		Valor	
LOUVEIRA	4.00	SÃO PEDRO	2.91
SÃO PEDRO	3.19	SANTANA DE PARNAÍBA	2.91
SANTANA DE PARNAÍBA	2.95	LOUVEIRA	2.48
CONCHAL	2.64	UBIRAJARA	2.37
MURUTINGA DO SUL	2.63	COTIA	1.97
BARRINHA	2.60	RIFAINA	1.50
MIRANTE DO		SÃO PAULO - VILA MARIANA	1.25
PARANAPANEMA	1.88	LUÍS ANTÔNIO	1.19
GUARACI	1.76	GUARACI	1.07
COTIA	1.63	GUARAÇAI	1.07
FLORÍNEA	1.61		

Tabela 9 - Unidades com maior redução na taxa de inadimplência (pontos percentuais)

Inadimplência: 60 dias			
Quantidade		Valor	
SÃO PAULO - SUTACO	-16.67	PARAIBUNA	-5.71
NANTES	-4.90	SUD MENNUCCI	-2.99
CAMPOS DO JORDÃO	-3.78	NANTES	-2.92
SÃO PEDRO	-3.26	GUARULHOS	-2.24
GUARULHOS	-2.70	CAMPOS DO JORDÃO	-2.16
CANANÉIA	-2.67	SÃO PEDRO	-2.05
PARAIBUNA	-2.58	ALVINLÂNDIA	-1.92
NOVA INDEPENDÊNCIA	-2.45	NOVA INDEPENDÊNCIA	-1.77
CRUZEIRO	-2.43	JACUPIRANGA	-1.70
JACUPIRANGA	-2.34	LUÍS ANTÔNIO	-1.68
Inadimplência: 180 dias			
Quantidade		Valor	
SÃO PAULO - SUTACO	-10.00	SUD MENNUCCI	-3.03
GUARULHOS	-2.54	GUARULHOS	-2.21
LOURDES	-2.45	TABOÃO DA SERRA	-2.12
CANANÉIA	-2.26	NOVA INDEPENDÊNCIA	-1.42
NOVA GRANADA	-2.18	CANANÉIA	-1.29
TAGUAÍ	-2.09	TEODORO SAMPAIO	-1.25
NANTES	-1.91	NOVA GRANADA	-1.14
NOVA INDEPENDÊNCIA	-1.82	JUQUIÁ	-1.13
CAMPOS DO JORDÃO	-1.34	IRAPURU	-1.07
JUQUIÁ	-1.20	TAGUAÍ	-1.01
Inadimplência: 60 dias			
Quantidade		Valor	
FERNÃO	-3.84	SUD MENNUCCI	-3.13
LOURDES	-2.45	FERNÃO	-2.72
GUARULHOS	-2.44	GUARULHOS	-2.12
TAGUAÍ	-2.09	PEDRO DE TOLEDO	-1.49
PEDRO DE TOLEDO	-1.80	TEODORO SAMPAIO	-1.40
CANANÉIA	-1.59	TAGUAÍ	-1.01
TEODORO SAMPAIO	-1.21	LOURDES	-0.91
NOVA INDEPENDÊNCIA	-1.02	CANANÉIA	-0.86
ILHA COMPRIDA	-0.92	VINHEDO	-0.81
RIBEIRA	-0.87	NOVA INDEPENDÊNCIA	-0.74

2.4. PERFIL DOS CLIENTES

As Figuras 15 a 22 apresentam dados agregados sobre o perfil dos clientes do BPP e sua evolução ao longo dos últimos dois anos, de acordo com quantidade e valor dos empréstimos realizados. Respectivamente enfocam-se:

- (i) a distribuição de acordo com sexo;
- (ii) a distribuição entre pessoas físicas e jurídicas;
- (iii) a distribuição de acordo com o uso dos recursos (capital fixo ou capital de giro);
- (iv) a distribuição de acordo com idade, considerando seis grupos etários: 0 a 21 anos, 22 a 30 anos, 31 a 40 anos, 41 a 50 anos, 51 a 60 anos, 61 ou mais anos.

Sexo

A Figura 15 mostra que a distribuição entre sexos tem sido relativamente balanceada nos últimos dois anos. Entretanto, há uma leve tendência de aumento na participação de mulheres, que se tornam maioria entre os empréstimos no fim do período.

Por outro lado, os dados de valores inicialmente revelam uma predominância do sexo masculino, indicando que homens tendem, em média, a tomar empréstimos de maior montante. A tendência de maior participação das mulheres também aparece neste caso, sendo que a distribuição torna-se bastante equitativa no final de 2009.

Pessoa física versus pessoa jurídica

Empréstimos a pessoa física são predominantes, mas vêm perdendo participação ao longo do período considerado. Esta predominância é, entretanto, menos acentuada para os dados de valor (Figura 18), sendo que ao fim do período a distribuição é quase equânime. Isto revela que pessoas jurídicas tendem a tomar empréstimos de maior montante.

Figura 15 - Distribuição de acordo com sexo (número de contratos)

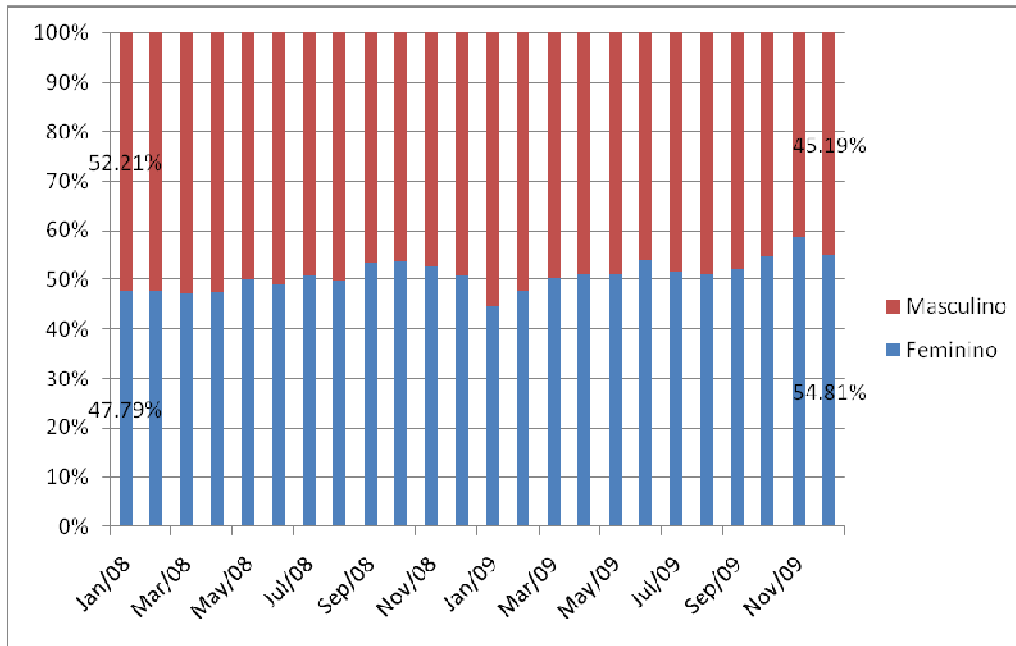


Figura 16 - Distribuição de acordo com sexo (valor dos contratos)

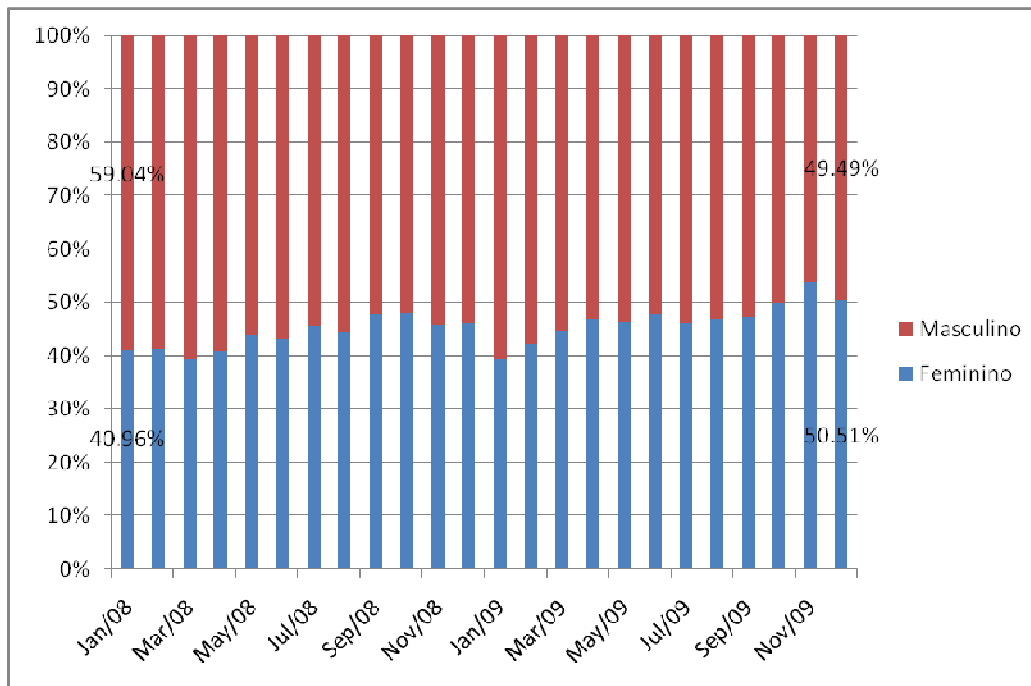


Figura 17 - Distribuição entre pessoas física e jurídica (número de contratos)

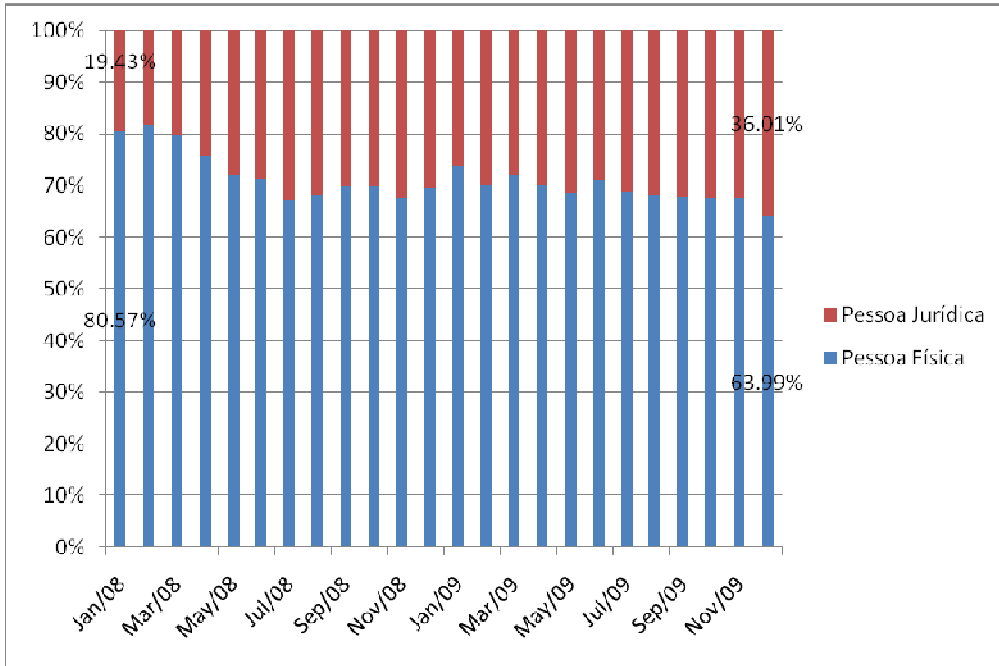


Figura 18 - Distribuição entre pessoas física e jurídica (valor dos contratos)

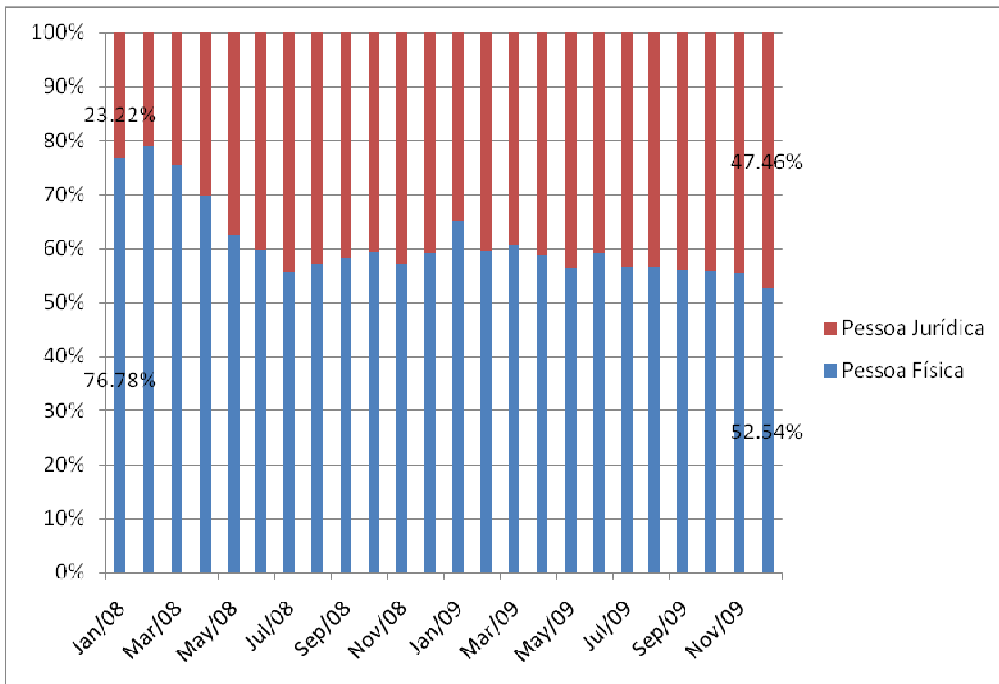


Figura 19 - Distribuição entre capital fixo e capital de giro (número de contratos)

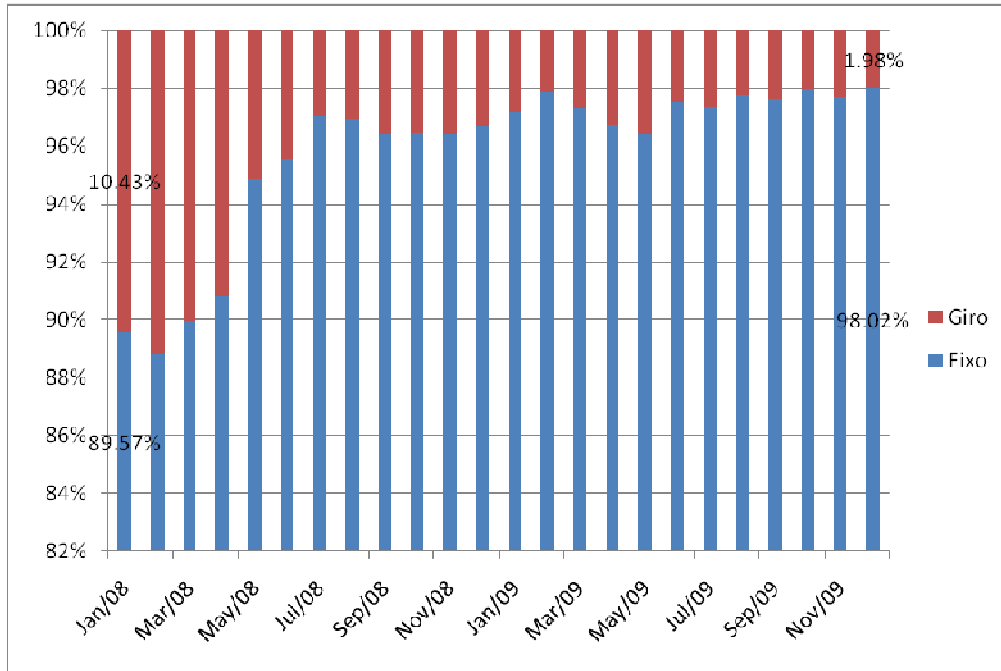


Figura 20 - Distribuição entre capital fixo e capital de giro (valor dos contratos)

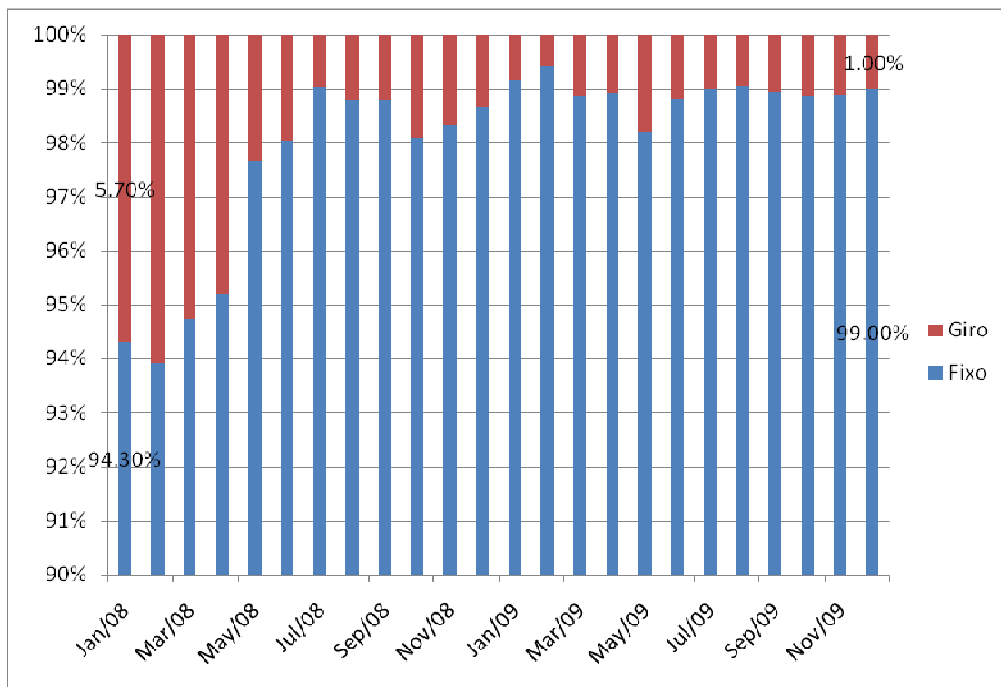


Figura 21 - Distribuição de acordo com idade (número de contratos)

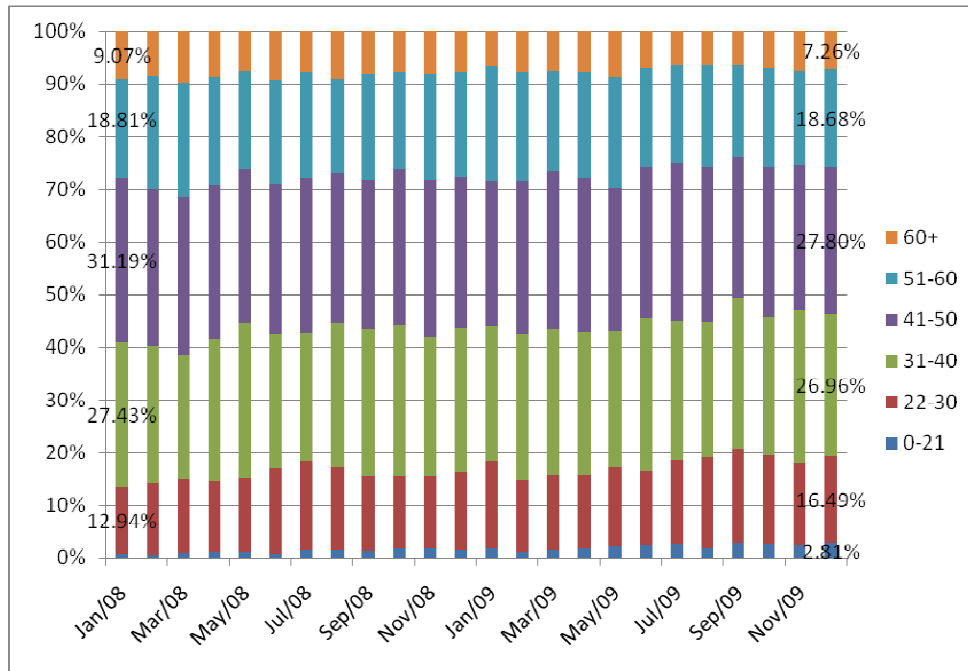
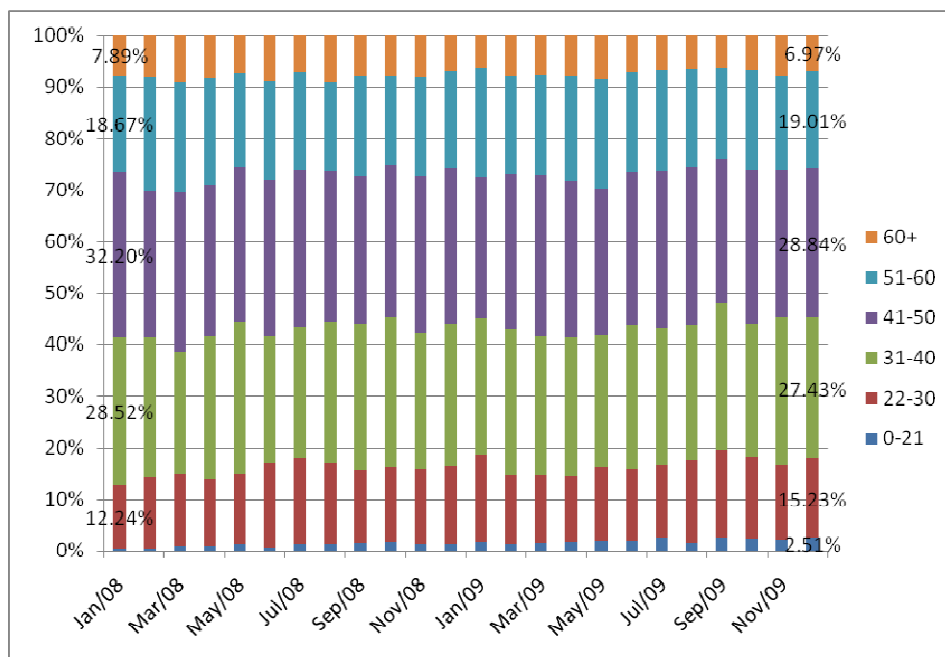


Figura 22 - Distribuição de acordo com idade (valor dos contratos)



Capital fixo versus capital de giro

A maior parte dos empréstimos é destinada a financiar a aquisição de capital fixo, sendo esta participação crescente ao longo do tempo. A proporção dos empréstimos para financiar capital fixo é ainda maior na Figura 20 (valor dos contratos), o que indica que os contratos são, em média, maiores para esta modalidade.

Idade

Os empréstimos tendem a se concentrar em dois grupos etários: 31 a 40 anos, e 41 a 50 anos de idade. Todavia, o último grupo vem perdendo participação ao longo do tempo, principalmente em favor de indivíduos mais jovens (notadamente o grupo entre 22 a 30 anos). As distribuições da quantidade e do valor dos empréstimos são bastante semelhantes.

As Tabelas 10 a 13 descrevem distribuições de acordo com as características acima, porém focando nas regiões administrativas (médias anuais). Em geral, a distribuição entre sexos é relativamente balanceada, com relativa predominância para homens nos dados de valor. Excetuam-se a RM São Paulo e a região de São José dos Campos, em que as mulheres são maioria (na RM Baixada Santista as mulheres predominam na quantidade de empréstimos, mas não no valor); nas regiões de Barretos, Marília e Presidente Prudente, os homens possuem um peso relativamente maior. Adicionalmente, na maioria das regiões, o sexo feminino aumentou sua participação ao longo do período, principalmente na distribuição de acordo com valor (ou seja, as mulheres não só aumentaram sua participação, como também o valor médio de seus empréstimos).

A distribuição entre pessoas físicas e jurídicas é compatível com os dados agregados. Em todas as regiões, há um predomínio de empréstimos para pessoa física (principalmente para a quantidade de contratos), mas a participação deste tipo vem decrescendo ao longo do tempo (na região de Franca, pessoas jurídicas tornam-se, inclusive, maioria no valor dos empréstimos em 2009).

Tabela 10 - Distribuição de acordo com características (número de contratos, %)

Região Administrativa	Sexo Feminino		Pessoa Física		Capital Fixo	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
ARAÇATUBA	53.72	55.18	71.03	68.29	95.49	97.71
BARRETOS	39.61	39.24	68.52	64.84	98.04	97.63
BAURU	53.98	53.24	65.78	62.80	95.37	96.97
CAMPINAS	51.03	54.00	75.25	69.72	95.09	97.67
CENTRAL	48.00	53.36	70.14	68.49	95.99	98.10
FRANCA	52.09	53.76	64.09	60.27	93.89	97.87
MARÍLIA	41.48	44.40	65.73	66.73	94.85	98.53
PRESIDENTE						
PRUDENTE	43.77	45.81	69.56	67.16	92.94	97.13
REGISTRO	53.97	53.57	87.87	82.35	88.24	97.06
RIBEIRÃO PRETO	48.51	53.59	68.65	64.42	95.42	97.56
RM BAIXADA						
SANTISTA	57.67	56.78	85.40	82.81	85.81	95.79
RM SÃO PAULO	55.92	60.23	81.73	75.72	91.05	95.71
SOROCABA	48.92	53.91	72.18	64.17	96.52	97.88
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	48.12	51.20	71.17	69.82	97.84	98.36
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	60.18	58.62	81.69	76.30	89.88	96.88

Tabela 11 - Distribuição de acordo com características (valor dos empréstimos, %)

Região Administrativa	Sexo Feminino		Pessoa Física		Capital Fixo	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
ARAÇATUBA	46.58	49.40	62.01	55.62	97.94	99.09
BARRETOS	33.87	36.43	59.35	55.27	99.29	99.31
BAURU	49.67	46.89	55.13	50.75	98.04	98.93
CAMPINAS	44.63	48.70	66.78	58.06	97.72	98.88
CENTRAL	40.59	47.65	60.21	56.97	97.76	99.07
FRANCA	45.93	48.38	54.61	47.64	97.09	99.35
MARÍLIA	36.44	39.77	56.66	56.70	97.22	99.17
PRESIDENTE						
PRUDENTE	38.85	42.02	60.04	56.56	96.23	98.53
REGISTRO	46.29	45.42	78.15	70.49	94.68	99.20
RIBEIRÃO PRETO	43.69	49.85	59.67	52.85	98.02	99.08
RM BAIXADA						
SANTISTA	46.21	48.13	78.82	75.96	93.85	98.29
RM SÃO PAULO	51.21	56.62	74.39	64.94	95.15	97.40
SOROCABA	43.65	47.69	62.42	50.80	98.45	99.17
SÃO JOSÉ DO RIO						
PRETO	43.60	46.81	62.19	59.00	98.91	99.28
SÃO JOSÉ DOS						
CAMPOS	53.69	55.62	72.02	64.38	95.86	98.88

Tabela 12 - Distribuição de acordo com idade (número de contratos, %)

Região Administrativa	0-21		22-30		31-40		41-50		51-60		60+	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
ARAÇATUBA	1.10	2.38	12.94	15.01	27.47	28.08	28.33	28.19	19.29	19.22	10.87	7.13
BARRETOS	0.90	1.83	11.76	15.27	25.49	25.46	30.77	28.85	21.57	20.10	9.50	8.49
BAURU	1.69	2.71	21.38	18.61	27.12	26.62	29.07	29.92	15.51	16.14	5.22	6.01
CAMPINAS	1.10	2.35	14.31	16.81	28.33	28.05	30.49	28.19	18.28	18.43	7.48	6.17
CENTRAL	1.14	2.45	15.43	17.82	27.29	25.19	31.14	30.52	18.86	18.68	6.14	5.34
FRANCA	2.15	2.43	15.85	14.82	27.53	29.42	29.80	28.98	16.81	16.92	7.87	7.41
MARÍLIA	0.76	1.77	12.71	13.69	25.27	24.33	29.15	30.28	22.53	21.49	9.59	8.44
PRESIDENTE												
PRUDENTE	0.63	1.28	15.92	15.03	27.85	27.50	27.96	28.78	19.06	18.49	8.59	8.93
REGISTRO	0.42	1.98	11.72	13.10	23.01	30.56	34.73	22.62	17.99	18.25	12.13	13.49
RIBEIRÃO PRETO	0.28	2.14	15.60	17.28	29.93	30.39	28.37	26.48	17.73	16.02	8.09	7.69
RM BAIXADA												
SANTISTA	0.48	1.41	7.35	10.59	24.92	24.29	28.59	29.24	28.91	24.01	9.74	10.45
RM SÃO PAULO	0.72	2.35	10.86	12.58	26.48	28.42	31.15	28.49	21.99	21.12	8.80	7.04
SOROCABA	2.41	2.64	17.94	17.49	26.61	29.75	26.81	25.90	18.33	18.33	7.89	5.89
SÃO JOSÉ DO RIO												
PRETO	1.11	2.57	14.26	15.32	23.87	25.10	31.26	28.62	20.55	20.85	8.94	7.55
SÃO JOSÉ DOS												
CAMPOS	1.23	3.16	15.56	16.64	26.61	27.30	26.41	28.07	20.16	17.15	10.03	7.68

Tabela 13 - Distribuição de acordo com idade (valor dos contratos, %)

Região Administrativa	0-21		22-30		31-40		41-50		51-60		60+	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
ARAÇATUBA	0.87	2.21	13.50	14.54	27.14	28.71	29.80	28.21	18.17	19.27	10.52	7.06
BARRETOS	0.69	1.34	11.01	13.38	26.61	26.07	31.78	31.51	20.97	19.67	8.94	8.03
BAURU	1.58	2.19	20.04	17.52	28.02	27.50	30.02	28.98	15.41	17.68	4.93	6.13
CAMPINAS	1.17	2.22	14.21	15.95	28.59	28.22	31.88	29.03	17.60	18.72	6.55	5.86
CENTRAL	1.09	1.69	14.60	16.24	27.34	25.51	31.37	32.39	18.99	19.18	6.61	4.99
FRANCA	2.20	1.94	15.70	13.61	28.07	29.41	30.51	30.04	15.94	16.68	7.58	8.32
MARÍLIA	0.68	1.50	12.94	12.84	24.61	23.85	28.82	31.39	22.54	21.63	10.42	8.77
PRESIDENTE												
PRUDENTE	0.68	1.08	15.73	14.23	28.36	26.45	28.70	29.95	18.11	19.11	8.41	9.18
REGISTRO	0.43	1.53	9.72	14.11	24.79	30.41	36.66	21.94	18.04	21.35	10.37	10.66
RIBEIRÃO PRETO	0.34	1.81	15.02	16.73	31.50	29.74	27.33	27.52	18.13	16.08	7.67	8.12
RM BAIXADA												
SANTISTA	0.43	1.30	8.41	10.12	24.49	24.07	30.39	30.15	28.18	24.45	8.10	9.90
RM SÃO PAULO	0.63	2.26	12.10	12.04	27.36	28.73	30.90	30.29	21.54	20.62	7.47	6.05
SOROCABA	1.94	2.06	18.24	16.58	27.04	29.94	27.70	26.66	17.81	18.98	7.27	5.77
SÃO JOSÉ DO RIO												
PRETO	0.94	2.01	14.21	14.28	23.87	24.57	31.02	29.88	20.76	20.84	9.20	8.42
SÃO JOSÉ DOS												
CAMPOS	1.29	2.95	16.07	17.30	27.08	27.21	27.25	29.13	18.65	16.16	9.66	7.25

A distribuição entre capital fixo e de giro é também semelhante aos dados agregados. Na maioria das regiões administrativas, há forte presença de empréstimos para capital fixo, com esta modalidade ampliando sua participação ao longo do tempo (a única exceção é a região de Barretos, para os dados de quantidade de contratos).

Com relação à distribuição etária, a concentração nas faixas 31-40 e 41-50 anos é também verificada para todas as regiões administrativas. Entretanto, verifica-se uma tendência à diminuição da proporção, em especial, de indivíduos entre 41 e 50 anos (cuja participação decresceu para a maioria das regiões), em favor de grupos mais jovens: na maior parte dos casos, as faixas 0-21 e 22-30 anos ampliaram sua participação.

2.5. CONCLUSÃO

Esta seção apresentou uma série de estatísticas descritivas sobre as unidades do BPP, focando principalmente em informações sobre produção de contratos, taxas de inadimplência e perfil dos clientes do banco. Os principais resultados estão sumarizados a seguir:

- Verificou-se um aumento significativo na produção agregada do BPP. Todavia expansão do número de contratos foi superior à do valor dos mesmos, indicando redução do tamanho médio dos empréstimos.
- Tal expansão é também verificada para a maioria das regiões administrativas e unidades do BPP. Além disso, há alguma evidência de convergência: unidades inicialmente com produção mais baixa tendem, em média, a registrar maior crescimento subsequente.
- No agregado, verificou-se redução nas taxas de inadimplência. Entretanto, a maior parte deste movimento ocorreu na primeira metade de 2008. No restante do período, há uma leve tendência de aumento nesta variável.
- Ao contrário da expansão na produção, a queda na inadimplência não se estende à grande maioria das regiões administrativas.
- Há uma leve tendência de convergência também neste caso: em média, unidades inicialmente com taxas de inadimplência mais altas registraram reduções maiores ao longo do tempo.
- A distribuição do número de contratos entre sexos é relativamente balanceada. Para valores monetários, há predominância do sexo masculino, indicando que homens tendem a tomar empréstimos maiores, em média. Entretanto, observa-se crescimento da participação das mulheres no período.

- Empréstimos são, em geral, concentrados em pessoas físicas e para financiamento de capital fixo. No entanto, houve aumento na participação de pessoas jurídicas nesse período. Por outro lado, a parcela destinada a capital fixo se ampliou ainda mais.

Empréstimos são em geral concentrados em indivíduos entre 30 e 50 anos. Contudo, este grupo perdeu participação ao longo do período, principalmente em favor dos extratos mais jovens (aqueles com menos de 30 anos).

3. AVALIAÇÃO DO IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO DO BPP – DETALHAMENTO DA ESTRATÉGIA A SER ADOTADA

Este texto tem como objetivo apresentar as possíveis estratégias que vêm sendo consideradas para avaliar os impactos sócio-econômicos do BPP. A princípio, duas linhas metodológicas distintas poderiam ser empregadas para proceder esta avaliação: o uso de dados agregados, no nível dos municípios, ou o uso de dados individuais de clientes ou potenciais clientes do BPP. Em estudo realizado em 2008, em parceria com o CEPAM, usando a primeira estratégia, não encontramos efeitos significativos do programa sobre variáveis sócio-econômicas no nível dos municípios. Isso provavelmente resulta do fato de que, na grande maioria dos municípios contemplados pelo programa, sua escala provavelmente não é suficiente para gerar efeitos agregados. Acreditamos, portanto, que a estratégia mais apropriada seja avaliar impactos sobre indivíduos.

A avaliação de impactos do programa sobre os clientes requer que sejam analisados dois grupos de variáveis: as relacionadas às características dos indivíduos e seus contratos, e as relacionadas aos resultados do programa. No primeiro grupo incluem-se características pessoais tais como idade, sexo, escolaridade, setor de atividade e região de moradia, bem como variáveis relacionadas aos contratos, tais como finalidade do empréstimo, volume emprestado, prazo de pagamento e número de parcelas. O segundo grupo inclui variáveis individuais ou familiares que idealmente seriam afetadas pelo acesso ao programa, tais como renda, riqueza, tamanho e faturamento do negócio e ocupação de demais familiares. Este último conjunto de variáveis é importante para averiguar se o programa produz os efeitos desejáveis sobre os clientes, enquanto o primeiro conjunto pode ser informativo sobre a eficiência relativa de contratos distintos sobre as diferentes categorias de clientes, o que pode contribuir na determinação de políticas ótimas de concessão.

Apesar de os dados cadastrais do BPP fornecerem informações sobre algumas destas variáveis, a avaliação dos efeitos do programa requer que haja um acompanhamento de indivíduos que já foram beneficiados por ele. Desta forma, é fundamental que se colete

dados primários de clientes contemplados. Um primeiro passo nesta direção será a elaboração de um questionário a ser aplicado a uma amostra de clientes do BPP. Um segundo passo é determinar a amostra de indivíduos aos quais será solicitado o preenchimento do questionário.

3.1. ESTRATÉGIA EMPÍRICA

A estratégia de amostragem é fundamental para que se lide com duas dificuldades metodológicas clássicas na avaliação de efeitos de políticas: a necessidade de se determinar grupos de controle (ou contrafactuais) e o viés de seleção. Grupos de controle são importantes para que seja possível comparar indivíduos submetidos a uma política a indivíduos não afetados por ela. O primeiro grupo, dos indivíduos submetidos à política, é chamado de grupo de tratamento, enquanto o segundo, dos não afetados pela política, é chamado de grupo de controle. A princípio, o efeito de um programa sobre uma variável individual de interesse (como a renda) pode ser inferido a partir de uma comparação da distribuição desta variável no grupo de tratamento e no grupo de controle. Para que este procedimento seja válido, no entanto, é necessário que, exceto pela exposição à política (ou tratamento), os grupos de controle e de tratamento sejam semelhantes. A mera comparação entre indivíduos submetidos ao tratamento (no caso empréstimo do BPP) e indivíduos não submetidos a ele não necessariamente satisfaz este requisito: em geral, indivíduos com maior potencial de se beneficiar de empréstimos têm maior probabilidade de procurar empréstimo. A população que tomou empréstimos é, portanto, distinta daquela que não tomou, e é difícil estabelecer uma relação de comparação entre elas. Este processo, que gera populações distintas no grupo de tratamento e no grupo de controle, é chamado de *auto-seleção*. E o fato de as duas populações não serem comparáveis gera uma distorção nas estimativas de impacto denominada *viés de seleção*.

Para lidar com estas dificuldades, podem-se considerar as seguintes alternativas:

- (i) Construir aleatoriamente um grupo de controle e um grupo de tratamento.

- (ii) Acompanhar, ao longo do tempo, uma amostra de beneficiados pelo programa.
- (iii) Explorar, em uma amostra colhida em um único período, informações retrospectivas ou diferenças entre indivíduos que ingressaram no programa em momentos diferentes do tempo.

As vantagens e desvantagens de cada uma destas estratégias são discutidas a seguir:

(i) A escolha aleatória de um grupo de tratamento e um grupo de controle é a maneira mais efetiva de garantir a ausência de viés de seleção. Como os indivíduos que compõem cada grupo são sorteados, não há problemas de auto-seleção e os grupos são, exceto pelo tratamento, semelhantes. No caso específico de empréstimos do BPP, esta estratégia poderia ser implementada a partir dos seguintes passos:

- 1- Os agentes de crédito escolhem um grupo de indivíduos sobre os quais há indecisão (ou pouca convicção) sobre reprovação ou aprovação.
- 2- Uma equipe do BPP sorteia entre estes indivíduos: aproximadamente metade recebe o empréstimo e outra metade não o recebe.
- 3- Questionários são aplicados aos dois grupos de indivíduos ao longo do tempo.

A comparação entre as distribuições das variáveis de interesse nos dois grupos permite que se infira o efeito dos empréstimos do BPP sobre elas.

Dada a credibilidade dos seus resultados, experimentos aleatorizados nestes moldes têm sido amplamente utilizados na literatura recente de avaliação de políticas. No entanto, embora esta estratégia seja a mais confiável contra problemas de seleção, sua implementação é mais difícil que as demais. Em primeiro lugar, ela requer que se instrua os agentes de crédito a definir um conjunto de tomadores para comporem esta zona de aleatorização. Em segundo lugar, é necessário que se admita que indivíduos, a princípio semelhantes, recebam tratamentos diferenciados. Além disso, esta metodologia não gera resultados imediatos: é necessário que se aguarde até que o programa gere efeitos perceptíveis na amostra de indivíduos tratados. Devido a estas dificuldades, apesar de esta

ser uma estratégia poderosa a qual acreditamos que deveria ser considerada pelo BPP, apresentamos alternativas de mais fácil implementação.

(ii) Uma opção de implementação mais fácil é selecionar uma amostra de indivíduos e passar questionários a eles ao longo do tempo. A evolução das variáveis de interesse contidas no questionário pode ser informativa a respeito dos resultados do programa.

Um primeiro procedimento que poderia ser adotado para proceder a análise, de posse destes dados, seria simplesmente supor que a evolução das variáveis de interesse para estes indivíduos se deva ao programa. Supõe-se que, ao ingressarem no programa, os clientes ainda não tenham sido afetados por ele. Nesse sentido, ao ingressarem no programa, os indivíduos são utilizados como contrafactuais (ou elementos de um grupo de controle) deles próprios após a exposição ao programa. Este procedimento, no entanto, é contestável. Em primeiro lugar, variáveis econômicas tais como renda, ocupação e riqueza evoluem ao longo do ciclo de vida. Portanto, a evolução destas variáveis na amostra selecionada podem simplesmente refletir variações que ocorreriam mesmo que os indivíduos não tivessem sido expostos ao programa. Em segundo lugar, a economia como um todo tem oscilações e tendências ao longo do tempo. Mudanças nas variáveis de interesse para um indivíduo na amostra podem ser reflexo da evolução agregada na economia, e não do fato de eles pertencerem ao grupo de tratamento. Para enfrentar problemas de variações ao longo do ciclo de vida, deve-se incluir experiência e idade como variáveis de controle. Para que os efeitos do programa não sejam confundidos com tendências agregadas, deve-se incluir o período de observação como variável de controle.

Cabe mencionar que, mesmo com as variáveis de controle acima mencionadas, o uso de observações apenas de indivíduos incluídos no programa não está imune ao problema de seleção acima mencionado: o efeito da política não é idêntico para as pessoas incluídas no programa ou não. Além disso, evidentemente, o acompanhamento de indivíduos ao longo do tempo não gera resultados rapidamente. É necessário aguardar que o programa produza resultados sobre as variáveis individuais de interesse.

(iii) Um procedimento que gera resultados instantaneamente é o uso de dados de uma única extração. Neste caso, dois procedimentos distintos podem ser adotados. Em primeiro lugar, pode-se acompanhar o progresso que cada indivíduo teve após ingressar no programa. Para isso, é necessário que se faça perguntas retrospectivas ou que se compare informações no questionário atual com dados cadastrais contidos no banco de dados do BPP, colhidos na época em que os indivíduos aderiram ao programa. Como informações retrospectivas podem ser pouco confiáveis, pode-se adotar outro procedimento: tomar ingressantes no programa como grupo de controle. Evidentemente, neste caso, devem-se empregar variáveis associadas a ciclo de vida e ciclo profissional, tais como idade e experiência, como variáveis de controle. Note-se que este último procedimento tem desvantagens em relação ao acompanhamento de indivíduos ao longo do tempo: ela supõe que o grupo de ingressantes atual é semelhante ao grupo de indivíduos que ingressaram no passado. Na prática, o programa evolui e se expande, e o perfil dos ingressantes ao longo do tempo pode não ser semelhante, e o grupo de ingressantes e indivíduos já beneficiados pelo programa pode não ser comparável. Portanto, o acompanhamento de indivíduos pode fornecer informações importantes para a análise de impacto do programa.

3.2. ESTRATÉGIA A SER ADOTADA E PRÓXIMOS PASSOS

Dadas as considerações acima, nossa estratégia será preparar um questionário a ser distribuído entre uma amostra de clientes do BPP. Este questionário será inicialmente aplicado a uma amostra de recém ingressantes no programa e também a indivíduos que já receberam crédito há algum tempo. Nele, constarão perguntas retrospectivas e perguntas a respeito do estado atual de variáveis individuais de interesse. Estes indivíduos serão seguidos ao longo do tempo, e permanecerão sendo entrevistados (com periodicidade semestral ou anual) até que se desliguem do programa. A cada rodada de coleta de questionários, serão incluídos novos ingressantes no programa. O estudo envolverá os seguintes passos.

- 1- Elaboração de um questionário. Devem-se definir variáveis de interesse, levando-se em consideração os dados cadastrais do BPP.
- 2- Definição de uma amostra de clientes a serem entrevistados e de um procedimento para a atualização permanente da amostra de indivíduos a serem acompanhados.
- 3- Aplicação de questionários. Pode ser feita por agentes ou funcionários do BPP ou, preferencialmente, por uma equipe especializada em pesquisa de campo domiciliar a ser contratada pelo BPP. O tamanho da amostra permanente dependerá do montante de recursos a ser disponibilizado.
- 4- Análise dos dados. A análise utilizará dados coletados em campo e também dados cadastrais e informações à disposição do BPP, tais como características dos contratos, fluxo de pagamentos, atrasos, inadimplência e renovações.

Apesar das dificuldades operacionais, acreditamos que, futuramente, o BPP poderia considerar o procedimento de aleatorização descrito no item (i) acima, que permitiria minimizar o problema de viés de seleção.